

GABINETE DO VEREADOR FLORIANO PESARO

DATA: 7/11/2013 – Discurso

1º Simpósio: Encefalopatia crônica não progressiva da Infância Da concepção à primeira infância: Reconhecimento precoce.

Bom dia a todos.

Hoje reunimos aqui médicos, fisioterapeutas, legisladores, pessoas com Encefalopatia crônica não progressiva, familiares, interessados em geral.

Todos com um objetivo em comum: Levar ao público, familiares e profissionais novos conhecimentos e reflexões fundamentais para o reconhecimento sinais mobilizadores para um diagnóstico precoce da Encefalopatia crônica não progressiva da Infância.

Hoje nos encontramos em um espaço adequado onde essas discussões podem, de fato, ser revertidas em formulações de políticas públicas capazes de transformar a realidade que vivemos hoje no que tange a esta questão.

Por isso, assinarei durante o evento o Projeto de Lei que inclui no calendário oficial da cidade o Dia Municipal das Pessoas com Paralisia Cerebral, a ser realizado no dia 8 de novembro.

Com isso, vamos suscitar um debate mais amplo e abrangente entre as mais diversas esferas da sociedade e poderes do estado.

Capacitar e sensibilizar os profissionais da saúde para um reconhecimento precoce da patologia e um preparo para transmitir o diagnóstico, fará com que, além de a família se sintam mais seguras e amparadas, a criança tenha assegurado um atendimento adequado desde a mais tenra idade.

Apesar da sensível melhora ocorrida na última década, em que a mortalidade infantil em São Paulo caiu 31% - alcançando o menor índice de toda a história de nosso estado, ainda estamos aquém do ideal.

Vivemos em um país em que 45% das famílias com crianças de 0 a 6 anos vivem com rendimento mensal per

capita de até meio salário mínimo, sendo, por isso, incapazes de garantir saúde básica a seus filhos.

É natural que as primeiras visitas a um consultório pediátrico girem em torno de questões como: amamentação correta, ganho de peso do bebê no tempo certo ou a presença de alguma doença. Porém não se pode deixar de prestar atenção a outros aspectos importantes no desenvolvimento infantil.

Nesse período, sintomas menos óbvios podem esconder problemas que trazem reflexos para a vida adulta. Estima-se que 16% da população infantil tenha algum problema de desenvolvimento ou de comportamento — desde dificuldades motoras e de linguagem a problemas como autismo e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

Por outro lado, sabe-se que os estímulos que as crianças recebem entre o nascimento e os três anos de idade e a qualidade das interações com o meio ambiente, incluindo as outras pessoas têm capacidade de alterar curso do desenvolvimento, com influências na parte física, cognitiva e também na psicossocial.

Ou seja, é preciso considerar que os primeiros três anos de vida se caracterizam por uma extrema plasticidade neuronal que possibilita uma importante recuperação orgânica e psíquica diante de dificuldades apresentadas se os sinais de dificuldades e de sofrimento forem detectados e tratados a tempo.

Para somar forças e continuar transformando esta realidade é que, em parceria com todos os nossos colaboradores, desenvolvemos a programação do “1º Simpósio: Encefalopatia crônica não progressiva da Infância da concepção à primeira infância: Reconhecimento precoce”.

A pessoa com paralisia cerebral ou qualquer outra deficiência deve ter garantida a sua participação tendo acesso à saúde, educação, lazer, cultura e oportunidade de trabalho. Esse atendimento se inicia com um diagnóstico precoce, criterioso envolvendo os aspectos médicos, psicológicos, fonoaudiólogos, pedagógicos, ocupacionais e sociais.

Soma-se a esta ação o Projeto de Lei 227/2013, que estabelece a Política Municipal de Incentivo ao

Desenvolvimento na Primeira Infância, de minha autoria, que tramita na Câmara Municipal de São Paulo. Com sua aprovação vamos garantir o atendimento integral e integrado de crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

Aliando projetos estruturantes à disseminação de informação segura e acessível vamos, definitivamente, ampliar o entendimento de que o cerne da inclusão é o compartilhamento, - não apenas o espaço físico adequado, não apenas o aparato legal bem instituído. É partilharmos a informação e com ela transformarmos a realidade ao nosso redor.

Apesar de todo esforço dos familiares e que, em particular, a Sulamita vem desenvolvendo, com as cartilhas livros, conversas – trabalho desbravador e fundamental; devemos ir além. Somar forçar e garantir que políticas públicas adequadas sejam implementadas.

Somente assim, com ações estruturadas e convergentes, vamos conseguir avançar e garantir a nossas crianças uma vida em que, independente de sua condição

física ou social, possam se desenvolver plenamente e, enfim, ser protagonista de sua própria história.

Vamos ao trabalho!

Obrigado.